

# CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO JOÃO DA BOA VISTA - SP.

Ementa: Encaminha o anteprojeto de lei que dispõe sobre o censo animal, visando o controle populacional de animais domésticos e dá outras providências.

## REQUERIMENTO Nº 159/2021

REQUEIRO à Casa, depois de ouvido o Plenário, que seja encaminhado à Excelentíssima Senhora Maria Teresinha de Jesus Pedroza, Prefeita Municipal, o anteprojeto de lei que dispõe sobre o censo animal, visando o controle populacional de animais domésticos e dá outras providências, com a seguinte redação:

### ANTEPROJETO DE LEI

“Dispõe sobre o censo animal, visando o controle populacional de animais domésticos e dá outras providências”

**Art. 1º** - Fica instituído no Município de São João da Boa Vista o Censo Municipal de Animais Domésticos, programa permanente com a função de reconhecer o número e a localização de animais domésticos em seu território urbano e rural.

**Art. 2º** - A realização deste Censo caberá à Secretaria Municipal de Saúde, que deverá efetivá-lo, bianualmente (a cada dois anos), através de agentes designados, podendo ser aproveitados aqueles já utilizados em outros programas (que realizam visitas periódicas nas residências do município).

Parágrafo único. O Município fica autorizado a fazer parcerias com universidades, entidades sem fins lucrativos e protetores de animais.

**Art. 3º** - Os agentes designados, em suas visitas domiciliares deverão preencher questionário padronizado e distribuído pela Secretaria Municipal de Saúde contendo, no mínimo, os seguintes itens:

- a) número de animais de estimação;
- b) sexo;

OFICIE - SE

RETIRADO PELO AUTOR  
RETIRADO PELO AUTOR

Presidente

# CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

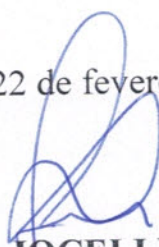
- c) condição reprodutiva (esterilizado ou não);
- d) identificação do visitador;
- e) tipo de alimentação e período em que é fornecida;
- f) condições de abrigo.

**Art. 4º** - Os custos de execução desta lei correrão por dotações orçamentárias próprias.

**Art. 5º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Agradeço a atenção e providências.

Plenário Dr. Durval Nicolau, 22 de fevereiro de 2.021.



**JOCELI MARIOZI**  
**VEREADORA - PL**

## JUSTIFICATIVA

Se faz necessária a existência de uma legislação específica que promova o controle ético dessas populações, bem como o seu registro pelos órgãos competentes, pois a questão, além da saúde pública (acidentes, zoonoses, mordeduras), se trata também de respeito aos direitos animais.